

Operação da PF em Santarém, Itaituba, Altamira prende dois comandantes da PM suspeitos de ajudar garimpos ilegais na região do Tapajós

Operação da PF em Santarém, Itaituba, Altamira prende servidores públicos suspeitos de ajudar garimpos ilegais na região do Tapajós -(Foto: Divulgação/PF) –

Os mandados estão sendo cumpridos em Santarém, Itaituba, Altamira. Empresários repassavam “mesada” para terem liberdade de extrair e transportar ouro irregular

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quinta-feira (28/11) a operação Cobiça, voltada ao combate a crimes ambientais na região do Tapajós, oeste do Pará. São cumpridos 21 mandados de busca, quatro mandados de prisão, sequestro de bens e medidas cautelares de afastamento da função pública. A suspeita é que servidores públicos participam de organização criminosa na cadeia produtiva do ouro ilegalmente. Os mandados estão sendo cumpridos em Santarém, Itaituba, Altamira, Rio de Janeiro e Goiânia.

Foram presos preventivamente dois servidores públicos, o Tenente Coronel Campos, comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar (15º BPM) de Itaituba e o Coronel Pedro, comandante do Comando de Policiamento Regional X (CPR-X), e dois empresários. Foram apreendidos ao menos oito carros de luxo, celulares, joias e quantidade ainda não contabilizada de ouro e dinheiro. A investigação apontou que os servidores públicos investigados receberam, durante meses sucessivos, pagamentos de empresas e outras pessoas investigadas pela comercialização

de ouro de terras indígenas e de área de reserva legal. O dinheiro seria para que os servidores públicos facilitassem ou não reprimissem os crimes ambientais cometidos pelas empresas, além de atuarem na logística e segurança do ouro ilegal.



Assista abaixo:

Há fortes indícios de que o ouro comercializado pela organização criminosa provém de garimpos localizados no interior e região de entorno da Terra Indígena Munduruku. Essa é uma das terras indígenas mais devastadas pelo crime e que está, no momento, em processo de desintrusão em grande operação, também com participação da Polícia Federal. Um dos investigados teria recebido R\$ 4 mil por mês, como parte da organização criminosa, para não embarçar o negócio ilegal; outros dividiam R\$ 10 mil mensais, com a função de estar à disposição das empresas, inclusive em horários de expediente e usando carro e outros materiais de trabalho institucionais.

Outro dos investigados é empresário que já havia sido condenado três vezes por tráfico de drogas, além de ter condenações por receptação, tentativa de homicídio, uso de documento falso e associação para o tráfico. Na atual operação, os crimes investigados são: lavagem de dinheiro, usurpação de bens da União e organização criminosa.

Contexto

A operação Cobiça surgiu a partir da operação Ganância, da Polícia Federal em Rondônia, em 2022, que investigou desvio de recursos públicos federais na prestação de serviços de UTI aérea. As empresas envolvidas no esquema teriam causado dano ambiental em área de 212 hectares, extraíndo quantidade de minérios superior à permitida na guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

As empresas declararam extrair minérios de terra indígena e de locais onde ela não teve atividade. Entre 2020 e 2021, o grupo econômico teve um rendimento estimado superior a R\$ 1 bilhão, extraíndo muito mais minérios do que o autorizado, em locais proibidos.

Fonte:Ascom PF/Jornal Folha do Progresso e **Publicado Por:**
<https://www.adeciopiran.com.br> em 28/11/2024/14:30:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog

<https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail:
<mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>
<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato
(93)98117- 7649 e-mai: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>